



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

UNESCO
Publishing



Institute of
Development Studies



international social science council

Resumo

Relatório Mundial de Ciências Sociais

**2016 | O desafio das desigualdades:
caminhos para um mundo justo**

Publicado conjuntamente em 2016 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, France, e pelo Conselho Internacional de Ciências Sociais (ISSC), 1, rue Miollis, 75352 Paris Cedex 15, France

© ISSC, Institute of Development Studies (IDS) e UNESCO, 2016



Esta publicação está disponível em acesso livre ao abrigo da licença Atribuição-Partilha 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/>). Ao utilizar o conteúdo da presente publicação, os usuários aceitam os termos de uso do Repositório UNESCO de acesso livre (<http://unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-en>).

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO, do ISSC e do IDS, a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

A equipe editorial do “Relatório Mundial de Ciências Sociais 2016” é responsável pela escolha dos artigos e pela apresentação geral.

Cada autor(a) é responsável pelos fatos contidos em seu artigo e pelas opiniões expressas nele, que não são necessariamente as da UNESCO, do ISSC ou do IDS, e não comprometem essas Organizações.

O “Relatório Mundial de Ciências Sociais 2016” é um esforço colaborativo tornado possível pelo apoio e pela contribuição de várias pessoas. Foi financiado por generosas contribuições da Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (ASDI), da UNESCO, como parte de seu Acordo-Quadro com o ISSC, a Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação (Cosude), bem como a Fundação Europeia para a Ciência (ESF), a Organização Neerlandesa para a Investigação Científica (NWO), o Conselho de Pesquisa da Noruega, o *Riksbankens Jubileumsfond* e o Conselho Sueco de Pesquisa.

Equipe editorial

Diretores de relatoria (IDS): Melissa Leach, John Gaventa, Patrícia Justino
Diretor de relatoria (ISSC): Mathieu Denis
Consultor sênior do ISSC: Françoise Caillods
Pesquisador, gerente de relatoria: Bruno Martorano
Gerente de relatoria do ISSC: Lizzie Sayer

Comitê Consultivo Científico

Alberto Martinelli (presidente)	Adebayo Olukoshi (observador)
Elisa Reis (vice-presidente)	Jamie Peck
Seyla Benhabib	Ingrid Schoon
Joshua Castellino	Ismail Serageldin
John Crowley (observador)	Olive Shisana
Mathieu Denis (<i>ex-officio</i>)	Joseph Stiglitz
Juliana Martinez Franzoni	Michel Wieviorka
Achille Mbembe	Jijiao Zhang

O “Relatório Mundial de Ciências Sociais 2016” foi elaborado pelo ISSC e pelo IDS, publicado em conjunto com a UNESCO.
Foto da capa: © Suso33. Suso33. Todos os direitos reservados. “Ausencias”, Suso33 (Logroño, Espanha, 2008)

A utilização de terceiros ou a redistribuição comercial de toda ou parte desta imagem está sujeita à autorização prévia de Suso33 Studio, que deve ser solicitada pelo e-mail: info@suso33.com

Design gráfico, design da capa e composição: Corinne Hayworth

Ilustrações:

P. 3: © JR-ART.NET. Ação na favela de Kibera, visão geral, JR (Nairóbi, Quênia, 2009)

A utilização de terceiros ou a redistribuição comercial de toda ou parte desta imagem está sujeita à autorização prévia de JR.

P. 7: © Margie Savage. Arte de rua por iRG (Berlim, Alemanha, 2015)

P. 9: © Icy e Sot. “Colour Rain”, Icy e Sot (Nova York, EUA, 2013)

P. 11: © Ernest Zacharevic. Todos os direitos reservados. Arte de rua por Ernest Zacharevic (Georgetown, Penang, Malásia, 2012)

A utilização desta imagem somente é permitida para a presente edição desta publicação. A utilização de terceiros ou a redistribuição comercial de toda ou parte desta imagem está sujeita à autorização prévia de Ernest Zacharevic.

P. 13: © Chadi Ilyass. “Sahbi” (“Meu amigo”), Daniel Eime (Rabat, Marrocos, 2016)

Impresso por: UNESCO. Impresso no Brasil

O Relatório completo está disponível *online* em: en.unesco.org/wssr2016. Cópias impressas do Relatório estão disponíveis nas Edições UNESCO: http://publishing.unesco.org/details.aspx?&Code_Livre=5160&change=E

Mais informações sobre o Relatório estão disponíveis no *site* do ISSC: www.worldsocialscience.org

O Relatório deve ser citado da seguinte forma: ISSC, IDS e UNESCO (2016), “Relatório Mundial de Ciências Sociais 2016, o desafio das desigualdades: caminhos para um mundo justo”, Edições UNESCO, Paris.





Introdução e mensagens principais

As ciências sociais desafiam as desigualdades

A crise econômica de 2008 e seus efeitos duradouros, as insurreições populares da chamada Primavera Árabe, as rebeliões por comida no México e o movimento Occupy estão entre os muitos desenvolvimentos que colocaram de volta a desigualdade na agenda política mundial na segunda década do século XXI. Várias avaliações concluíram que, em 2015, quase metade de toda a riqueza das famílias de todo o mundo pertencia a 1% da população mundial¹, e que as 62 pessoas mais ricas possuíam o mesmo que a metade inferior da humanidade.²

Este relatório conclui que a desigualdade não controlada pode colocar em risco a sustentabilidade de economias, sociedades e comunidades. O relatório argumenta que a desigualdade – e os vínculos entre a desigualdade econômica e outras formas de desigualdade, tais como de gênero, educação e saúde – deve ser mais bem compreendida para a construção de sociedades mais justas.

O relatório identifica lacunas de dados em pesquisas sobre a desigualdade na área das ciências sociais. Argumenta que precisamos desenvolver e investir em pesquisas significativas na área das ciências sociais com o objetivo de reduzir a desigualdade.

Em resumo: muitos países estão investindo muito pouco na pesquisa sobre os impactos de longo prazo da desigualdade na sustentabilidade de economias, sociedades e comunidades.

1. Credit Suisse. 2015. Global Wealth Report. Zurich, Switzerland, Credit Suisse AG Research Institute.

2. Oxfam. 2016. An Economy for the 1%, briefing paper. Oxfam, Oxford.

Este relatório analisa sete dimensões da desigualdade e a forma como elas interagem para moldar a vida das pessoas, com a criação de um círculo vicioso de desigualdade. As desigualdades não devem ser entendidas e abordadas somente em termos de renda e riqueza. As desigualdades podem ser econômicas, políticas, sociais, culturais, ambientais, espaciais e com base no conhecimento.

A boa notícia é que, desde 2012, aumentou em cinco vezes a quantidade de estudos sobre desigualdade e justiça social em publicações acadêmicas. Foram publicados vários relatórios internacionais e livros sobre desigualdade, e alguns deles se tornaram *best-sellers* internacionais. Porém, precisamos de ainda mais pesquisas para entender as tendências da desigualdade, como revertê-las e também de um tipo diferente de pesquisa, que tenha um caráter mais fortemente interdisciplinar e que seja conectada em âmbito internacional. Se não tratarmos desse assunto com urgência, as desigualdades irão transformar a ambição transversal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de “não deixar ninguém para trás” até 2030 em um slogan vazio de significado.

Este relatório insta os governos a acabarem com a cultura de subinvestimento para a pesquisa na área das ciências sociais sobre desigualdade. O relatório argumenta que se levarmos a desigualdade a sério, precisaremos de pesquisas sérias na área das ciências sociais para compreender o impacto de longo prazo da desigualdade na vida das pessoas. Nós pagaremos um alto preço pelo baixo investimento e pela capacidade limitada das pesquisas na área das ciências sociais sobre a desigualdade.

O recente aumento das desigualdades econômicas parece ter sua origem nas décadas de 1980 e 1990, quando o paradigma neoliberal se tornou dominante nos países do Ocidente.

De maneira gradual, as desigualdades se espalharam para outras partes do mundo, no contexto da globalização e da financeirização da economia após a queda do comunismo. A suposição por trás dessa mudança era a de que os benefícios do crescimento gerados pelas forças do mercado iriam por fim “respingar” nas populações pobres e vulneráveis. No entanto, essa visão não se concretizou em larga escala. Embora vários países – tanto desenvolvidos quanto emergentes – tenham registrado altas taxas de crescimento econômico na sequência da liberalização de suas economias, a desigualdade, especialmente relativa à renda, cresceu rapidamente dentro dos países.

A Figura S.1 destaca o aumento considerável da desigualdade de renda em países do Hemisfério Norte, como os Estados Unidos, o Reino Unido e o Canadá, durante as últimas três décadas. Mesmo países com baixos níveis de desigualdade de renda antes dos anos 1980, como a Suécia, registraram aumentos substanciais. Nas economias emergentes, os dados são mais escassos e as séries temporais são mais curtas, mas países como Colômbia, Brasil e Índia registraram níveis ainda maiores de desigualdade de renda, se comparados aos dos países do Norte. Atualmente, a África do Sul tem a maior desigualdade de renda de todo o mundo, apesar de uma redução ocorrida nos últimos anos.

As ameaças e os danos ocasionados por esse aumento das desigualdades são reconhecidos nos mais altos níveis. No dia 25 de setembro de 2015, a Assembleia Geral da ONU aprovou os ODS, que visam a acabar com a pobreza, enfrentar as mudanças ambientais e combater a desigualdade e a injustiça, como parte de

uma nova agenda de desenvolvimento sustentável que se compromete a “não deixar ninguém para trás.”

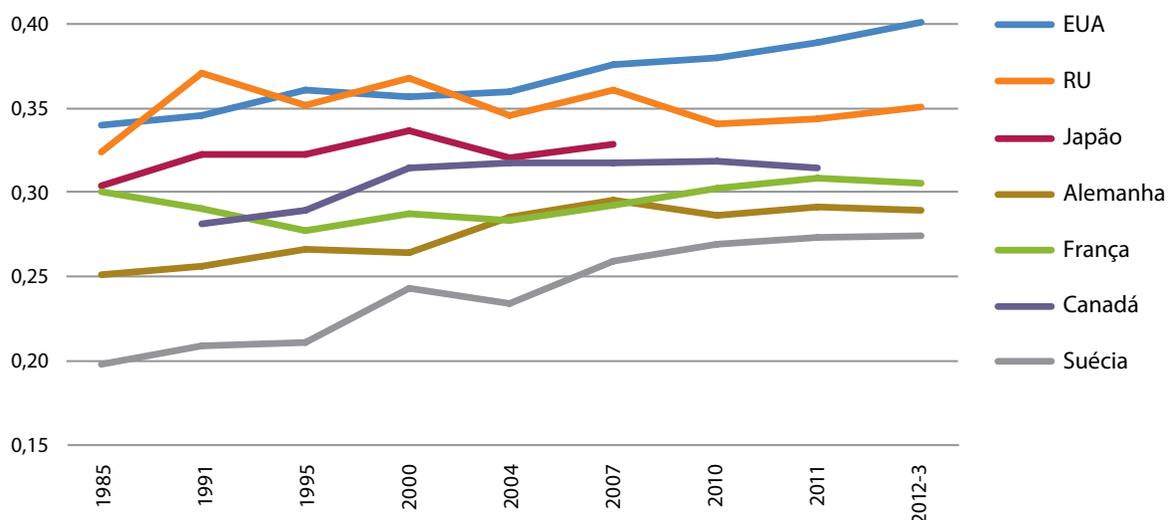
Um objetivo específico (n. 10) é dedicado a “reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles”. Vários outros ODS envolvem a redução das desigualdades e a promoção da inclusão até 2030.

Objetivos do relatório

Portanto, os seis objetivos deste relatório são os seguintes:

- Ver além da desigualdade econômica, chegando até as interações das múltiplas dimensões da desigualdade. É por isso que o relatório frequentemente se refere a “desigualdades” ao invés de simplesmente “desigualdade”;
- Documentar as tendências da desigualdade em vários países e em todas as partes do mundo, e fornecer dados e informações sobre nações menos pesquisadas, em especial países de baixo nível de renda da África e da Ásia;
- Analisar as consequências das desigualdades em diferentes países e regiões, bem como para diferentes grupos de pessoas;
- Identificar estratégias para reduzir as desigualdades;
- Oferecer uma abordagem multidisciplinar para o estudo sobre a desigualdade, com contribuições de uma ampla gama de ciências sociais (tais como economia, ciência política, sociologia, psicologia, antropologia, direito e estudos sobre desenvolvimento), assim como de outras disciplinas e fora da universidade;
- Identificar graves lacunas de conhecimento e propor uma agenda de pesquisa mundial sobre a desigualdade.

Figura S.1 Evolução do coeficiente de Gini em economias avançadas, 1985-2013



Fonte: OECD Income Distribution Database.

Um marco inclusivo e analítico

O relatório reconhece que os temas de pobreza, desigualdade e justiça social são estreitamente relacionados. Embora a desigualdade seja o principal ponto de entrada para esta análise, questões relacionadas à pobreza, à iniquidade e à injustiça também são consideradas, assim como as respostas a essas questões.

O relatório abrange sete dimensões da desigualdade e analisa suas configurações em diferentes contextos:

- *Desigualdade econômica* – diferenças entre níveis de renda, recursos, riqueza e capital, padrões de vida e emprego;
- *Desigualdade social* – diferenças entre o status social de diferentes grupos populacionais e desequilíbrios no funcionamento dos sistemas de educação, saúde, justiça e proteção social;
- *Desigualdade cultural* – discriminações com base em gênero, etnia e raça, religião, deficiências e outras identidades de grupo.
- *Desigualdade política* – a capacidade diferenciada que indivíduos e grupos têm de influenciar os processos políticos de tomada de decisões, de se beneficiar dessas decisões e de participar da ação política;
- *Desigualdade espacial* – disparidades espaciais e regionais entre centros e periferias, áreas urbanas e rurais, e regiões com recursos mais ou menos diversificados;
- *Desigualdade ambiental* – irregularidade no acesso a recursos naturais e aos benefícios de sua exploração; exposição à poluição e a riscos; e diferenças quanto à capacidade de ação (agency) para se adaptar a tais ameaças;
- *Desigualdade com base no conhecimento* – diferenças quanto ao acesso e à contribuição para diferentes fontes e espécies de conhecimento, bem como as consequências dessas disparidades.

Ao tratar dessas sete dimensões da desigualdade, este relatório abrange um amplo conjunto de dinâmicas de-

siguais, e a análise nele contida vai além do alcance de muitos estudos recentes.

Por que um novo relatório sobre desigualdade?

Na última década, um número significativo de estudos, alguns dos quais se tornaram *best-sellers*, confirmaram que certas dimensões da desigualdade estavam atingindo níveis inéditos em tempos recentes. Este relatório vem se somar a essa literatura existente, ao preencher diversas lacunas importantes. A primeira diz respeito ao fato de que estudos recentes prestam muito pouca atenção às formas não econômicas de desigualdade. Mesmo quando essas dimensões são reconhecidas, como ocorre na educação, na saúde ou entre os gêneros, em geral, os estudos enfocam apenas uma das dimensões, sem se preocupar com suas interações. Essa divisão da pesquisa sobre a desigualdade em subcampos especializados não é capaz de reconhecer o escopo potencialmente amplo das contribuições das ciências sociais, bem como das perspectivas interdisciplinares sobre a desigualdade. Outra lacuna é resultado de um foco predominante na pesquisa sobre indicadores quantificáveis, em detrimento de abordagens analíticas que combinam métodos quantitativos e qualitativos. Estreitamente relacionado a essa preferência por dados quantificáveis é o foco em países e regiões que dispõem de dados confiáveis, principalmente países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em detrimento de outros países sem estatísticas e dados igualmente confiáveis, tipicamente países de renda baixa a média. Finalmente, estudos e relatórios sobre a desigualdade em geral não chegam tão longe a ponto de identificar soluções e respostas potenciais para múltiplas desigualdades, que sejam adaptadas a contextos específicos e que possam ajudar a fornecer caminhos para futuros mais equitativos.

Públicos

O relatório foi elaborado tendo em vista múltiplos públicos. Para estudantes e especialistas em desigualdades, o relatório oferece uma revisão atualizada de abordagens e dados influentes; ele constitui um retrato abrangente da situação das desigualdades em todo o mundo, por meio de *insights* multidisciplinares de vários países e de todas as regiões mundiais. Para tomadores de decisões, gestores de políticas e profissionais de países desenvolvidos e em desenvolvimento, o relatório fornece uma série de mensagens-chave, assim como uma análise das principais respostas e soluções políticas para a desigualdade que foram desenvolvidas e implementadas em todo o mundo. Instituições de pesquisa e agências que organizam, financiam e avaliam a pesquisa na área de ciências sociais em todas as partes irão encontrar aqui uma proposta de agenda de pesquisa para a próxima década. Finalmente, a sociedade civil e todos os usuários em potencial do conhecimento das ciências sociais – incluindo ONGs e outras organizações, os meios de comunicação e o público em geral – encontrarão aqui estudos que exploram algumas das consequências da desigualdade em diferentes níveis e em várias partes do mundo, bem como artigos com uma visão progressista sobre os possíveis futuros da desigualdade.

O desafio das desigualdades: caminhos para um mundo justo – mensagens principais

“Nós nos comprometemos a que ninguém seja deixado para trás”. Preâmbulo da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

“A desigualdade é um dos principais desafios da nossa época. [...] Colocada em segundo lugar no Outlook do ano passado, a desigualdade foi identificada como a tendência mais significativa de 2015 pelos especialistas de nossa Rede”. “World Economic Forum Outlook on the Global Agenda 2015”

“A crescente desigualdade extrema é uma preocupação para todos nós”.

Winnie Byanyima, Oxfam International

A questão da crescente desigualdade e o que se deve fazer a respeito adquire importância nas mentes dos governos, do setor privado, de líderes da sociedade civil e de cidadãos em todo o mundo. A redução da desigualdade é, antes de tudo, uma questão de equidade e justiça social. É também a chave para se erradicar a pobreza extrema, estimular transformações no sentido da sustentabilidade, promover o progresso social, reduzir os conflitos e a violência, e desenvolver uma governança inclusiva. Os próximos anos serão um momento crucial, no qual as ciências sociais deverão fazer mais para abordar e enfrentar a desigualdade, juntamente com outros atores cujas vozes já estão sendo ouvidas. A hora é agora.

Mensagens principais

- O poder econômico e político está cada vez mais concentrado nas mãos de um pequeno número de pessoas. Isso pode ameaçar o crescimento, a coesão social e a saúde das democracias;
- A desigualdade econômica mundial se reduziu durante a primeira década deste século, principalmente devido à redução da pobreza em países como China e Índia. Porém, essa tendência favorável pode ser revertida, se a desigualdade dentro dos países continuar a aumentar;
- A redução das desigualdades é uma exigência para os direitos humanos e a justiça, e é essencial para o sucesso de outras áreas prioritárias no cenário global, tais como sustentabilidade ambiental, solução de conflitos e migração;
- As desigualdades não devem ser compreendidas e abordadas somente em relação à renda e à riqueza. Elas interagem através de sete dimensões principais: econômica, política, cultural, ambiental, espacial e relativa ao conhecimento;
- Nos últimos anos, alguns países tiveram sucesso em reduzir, ou pelo menos em impedir o crescimento das desigualdades. De maneira simultânea, são necessárias ações políticas integradas em diferentes esferas para se lidar com múltiplas desigualdades, e não existe uma solução única para todas essas questões;
- As respostas à desigualdade devem reconhecer e abordar legados históricos específicos, bem como práticas culturais profundamente enraizadas que formam as desigualdades;
- Embora a redução das desigualdades seja importante em todos os lugares, uma prioridade clara para a ação está localizada nos países mais pobres da África Subsaariana. Essa é a região na qual a pobreza estará concentrada nas próximas décadas, se as desigualdades permanecerem no alto patamar em que se encontram atualmente;
- A ação coletiva de cidadãos está abrindo espaços a novas soluções para a desigualdade, as quais podem inspirar inovações de políticas inclusivas;
- É necessária uma mudança gradual em direção a uma agenda de pesquisa que seja interdisciplinar, multiescala e globalmente inclusiva, para criar caminhos rumo a uma maior igualdade.



Parte I

Tendências atuais das desigualdades

Após décadas de negligência, atualmente a desigualdade se encontra de maneira firme no centro das agendas políticas e de pesquisa. Novos dados, bem como a reavaliação de dados existentes, revelam aumentos substanciais da desigualdade de renda e riqueza em vários países industrializados e em desenvolvimento, enquanto níveis persistentes – e, em alguns casos, crescentes – de desigualdade colocam em dúvida a sustentabilidade dos nossos modelos dominantes de desenvolvimento econômico.

A evolução das desigualdades mundiais: tendências divergentes

A desigualdade mundial dos padrões de vida individuais – ou seja, a desigualdade entre os membros individualmente considerados de toda a população humana – se reduziu em décadas recentes, embora permaneça em um nível muito alto. Essa tendência positiva deve-se principalmente à redução da desigualdade entre países, na sequência de um rápido crescimento econômico na China e na Índia. Ao mesmo tempo, aumentou a desigualdade econômica dentro de muitos países, o que, atualmente, ameaça reverter a tendência declinante da desigualdade mundial.

Muitos fatores, que atuam em diferentes níveis, integram para criar a escala e a forma da desigualdade que nós observamos em diferentes regiões e países de todo o mundo. Tais fatores incluem processos que operam em âmbito mundial, como a financeirização e mudanças nos padrões comerciais, e também a redução ou ausência de normas nacionais que regulam as limitações dos mercados ou determinam o acesso à saúde e à educação.

Comprender as tendências da desigualdade econômica

No contexto da globalização, a gestão eficiente das mudanças em alguns países facilitou a equiparação das economias asiáticas emergentes com as dos países desenvolvidos, assim como a redução da pobreza em

alguns dos países mais populosos do mundo. Esse processo levou à emergência de uma nova classe média global, que se beneficiou de um aumento dos salários reais nos países em desenvolvimento. No entanto, ao mesmo tempo, as medidas de liberalização econômica introduzidas desde a década de 1980 causaram aumentos da desigualdade e a má distribuição dos benefícios do crescimento.

Esses processos coincidiram com a estagnação dos salários reais dos assalariados médios nos países em desenvolvimento a partir da década de 1990. O aumento da renda do 1% mais alto dos assalariados nas últimas três décadas, assim como o crescente domínio do capital financeiro sobre a renda do trabalho, são fatores que contribuíram para a concentração da riqueza nas mãos de uma pequena elite. Isso significou um aumento da desigualdade, especialmente em países desenvolvidos.

A globalização, a liberalização e a financeirização também se inter-relacionam com realidades em mutação nos âmbitos local, nacional e regional, para produzir diferentes tendências de desigualdade. Em um país, as desigualdades são tipicamente distribuídas de forma desigual entre as regiões, e entre as áreas urbanas, periurbanas e rurais. A história, a cultura e as leis também afetam o nível e a reprodução das desigualdades. Com frequência, esses aspectos mantêm e até mesmo reforçam a exclusão com base em gênero, raça, classe, casta, etnia, deficiências e outros eixos de diferença.

“Sete dos dez países com as maiores taxas de crescimento em todo o mundo estão na África. Contudo, o crescimento tem se concentrado em setores econômicos específicos e em determinadas áreas geográficas dentro dos países. Os benefícios desse crescimento não têm sido compartilhados de forma ampla”. (Adesina)

Entender os impactos da desigualdade: além dos números

Essencial para se entender essas tendências é uma compreensão da desigualdade em si, através de suas múltiplas dimensões: econômica, social, cultural, política, espacial, ambiental e com base no conhecimento.

As discriminações e injustiças atuam através dessas dimensões de diferentes formas em diferentes contextos. Normas e valores sociais, bem como práticas culturais, continuam a afetar os níveis de desigualdade, e também como estes são experimentados pelas pessoas, mesmo quando a discriminação é proibida.

“Para se entender a persistência da desigualdade racial na ausência de uma discriminação autorizada pelo Estado, nós devemos desvendar as práticas sociais cotidianas que parecem ser ‘racialmente neutras’, mas que produzem resultados racialmente desiguais”. (Harris)

As desigualdades múltiplas e que se inter-relacionam aumentam umas às outras através das escalas

As pessoas pertencem a múltiplos grupos e, dessa forma, podem ser afetadas por dimensões múltiplas e que se inter-relacionam de desigualdade e injustiça. Algumas das formas mais duradouras de desigualdade são as associadas a identidades, tais como raça, casta e etnia, que são elas próprias facetas da desigualdade “cultural”.

O tratamento dado aos diferentes grupos afeta o bem-estar das pessoas e a sua utilização de serviços que podem ajudar a reduzir a desigualdade, como saúde e educação. Isso significa que a redução das desigualdades com base em grupos pode melhorar as oportunidades de vida para as pessoas, bem como aumentar a efetividade de medidas diretas e indiretas destinadas a tratar de aspectos específicos da desigualdade.

O gênero fornece uma lente por meio da qual é possível enxergar a natureza multidimensional da desigualdade. Em muitos países, as mulheres enfrentam desvantagens socioeconômicas, falta de reconhecimento como resultado de normas sociais discriminatórias, e violências e restrições quanto à sua voz e à sua participação.

“Antigas divisões socioculturais, como de gênero e de casta, foram fortalecidas, pois os novos fatores econômicos são construídos a partir delas, o que representa um verdadeiro desafio para o futuro”. (Ghosh)

Os círculos viciosos da desigualdade

Através do tempo, existem relações entre as diferentes dimensões da desigualdade. Crianças provenientes de famílias de baixa renda e de outros grupos marginalizados, especialmente as que vivem em áreas rurais, com frequência têm menos acesso à educação de qualidade se comparado a outras; mais tarde, sua desigualdade quanto aos resultados de aprendizagem conduz à desigualdade relacionada ao emprego e ao salário. Isso ilustra o círculo vicioso da desigualdade e os mecanismos de sua reprodução. Igualmente, as desigualdades socioeconômicas interagem com a desigualdade política em termo de voz, representação e influência, de modo que as pessoas mais afetadas pela desigualdade com frequência têm menos poder para enfrentar e mudar sua situação.



Parte II

As consequências das desigualdades

Quais são as consequências das desigualdades presentes e futuras? Desigualdades múltiplas e inter-relacionadas têm consequências também múltiplas e inter-relacionadas. Com frequência, essa relação entre as diferentes dimensões da desigualdade significa que é difícil distinguir as causas e os efeitos das desigualdades. No entanto, alguns padrões são aparentes.

Entender as consequências da desigualdade

Em primeiro lugar e acima de tudo, a desigualdade levanta questões fundamentais sobre equidade e justiça social. As desigualdades contribuem para a falta de recursos materiais para as pessoas, mas também têm consequências psicológicas e intangíveis para o bem-estar geral. Há evidências crescentes de que a desigualdade afeta todas as pessoas, assim como reduz a eficiência dos esforços para alcançar as outras prioridades globais.

Não deixar ninguém para trás: o desafio da desigualdade através da Agenda 2030

Os ODS, lançados em setembro de 2015, marcam um momento decisivo para a ação mundial sobre a desigualdade. Governos de todo o mundo se comprometeram a agir sobre a desigualdade por meio de metas múltiplas e inter-relacionadas, o que requer uma ação política combinada, com o objetivo de atingir o compromisso geral de “não deixar ninguém para trás”.

Entender como a distribuição afeta a pobreza e o crescimento

Existe um importante debate sobre como a desigualdade está relacionada ao crescimento. Pesquisas recentes seguem na direção de concluir que a desigualdade pode impedir o crescimento, e que a redistribuição visando a mais igualdade não é um impedimento para o crescimento econômico. Na realidade, quanto maior for o nível de desigualdade, mais

difícil se torna a redução da pobreza. De forma inversa, se o crescimento econômico for acompanhado por uma redução da desigualdade, o crescimento tem um efeito mais forte sobre a redução da pobreza.

“Altos e crescentes níveis de desigualdade diluem o impacto do crescimento sobre a pobreza; tais fatores podem atuar como um impedimento ao crescimento, além de serem eticamente questionáveis em si”. (Kanbur)

Figura S.2 Interação do Objetivo sobre Desigualdade (10) e os outros ODS



Fonte: ver Gaventa, Figura 22.1, no relatório completo.

Entender as relações entre desigualdade e os conflitos

Existe um crescente consenso no sentido de que, apesar de a desigualdade entre as pessoas aparentemente não afetar de forma significativa o risco de conflitos, o mesmo não ocorre com disparidades econômicas sistemáticas percebidas entre grupos identitários.

Entender as relações entre desigualdade e a saúde

Os efeitos cumulativos da privação e da falta de educação contribuem para desigualdades impressionantes nos resultados da saúde. O acesso à assistência médica também se inter-relaciona com desigualdades relacionadas ao gênero, ao *status* socioeconômico, aos níveis educacionais, ao *status* dos empregos e à localização geográfica, sendo que as pessoas mais marginalizadas são as que dispõem de menos acesso à assistência médica de qualidade. O acesso desigual à assistência médica pode ser uma fonte de descontentamento social e político.

“Isso torna necessária [...] a adoção de um conceito mais amplo de saúde, que considere os aspectos sociais determinantes da saúde e que tenha como objetivo explícito de reduzir as desigualdades relacionadas à saúde”. (Bayoumi)

Desigualdade e sustentabilidade ambiental

Considerados de forma isolada, desigualdade e sustentabilidade são desafios-chave da nossa época e estão relacionados de modo que é impossível tratar de um tema sem considerar o outro. É improvável que uma tentativa de enfrentar isoladamente qualquer um desses temas seja bem-sucedida. As pessoas mais pobres e vulneráveis são também as mais afetadas pela mudança climática e pelas desordens ambientais; da mesma forma, as desigualdades comprometem os esforços direcionados a tratar dos desafios ambientais. As desigualdades e a discriminação empurram os mais pobres e marginalizados para práticas insustentáveis, enquanto as elites poderosas podem continuar com as práticas insustentáveis sem medo de recriação.

“As desigualdades também prejudicam a sustentabilidade, assim como comprometem a abordagem dos desafios ambientais”. (Leach)

Consequências para quem? Quem são os mais afetados pelas desigualdades que se inter-relacionam?

Múltiplas desigualdades afetam e se acumulam mais para alguns grupos em relação a outros. Para muitos, a experiência vivida da desigualdade afeta seu bem-estar e seu acesso a serviços sociais, bem como suas aspirações de enfrentar a desigualdade ou melhorar sua situação. Em muitas sociedades, aspectos como gênero, raça e etnia operam como fortes eixos de exclusão e discriminação. A desigualdade entre gêneros continua a ser uma das dimensões mais difíceis de serem superadas.

O futuro das desigualdades?

Da mesma forma que as desigualdades têm consequências que se inter-relacionam, as transformações em direção a uma maior igualdade também podem ter efeitos que atingem vários domínios. Assim, a redução da desigualdade econômica pode levar a ganhos em outras áreas, como saúde, educação, bem-estar social e sustentabilidade.

“Muitos desenvolvimentos futuros são possíveis. O pior cenário seria o mundo voltar a um padrão do século XIX de amplas desigualdades sociais. Cenários menos desiguais podem envolver intervenções políticas para reduzir desigualdades no âmbito doméstico, ou uma convergência mais rápida entre os países”. (Fleurbaey e Klasen)

Em anos recentes, as nações que compõem o grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) têm impulsionado o crescimento econômico nas regiões mais pobres do mundo, de modo a alterar padrões de desigualdade em diferentes países. Considerando que os países do grupo BRICS são responsáveis por uma enorme proporção da população do planeta, a forma como eles abordam as desigualdades tem importância global, e suas respostas às desigualdades podem ser heterogêneas.

Em países desenvolvidos do Ocidente, a desigualdade crescente em um mundo globalizado tem colocado pressão sobre a classe média. A polarização das rendas, como resultado das rápidas mudanças técnicas, pode conduzir a um “mal-estar das classes médias”, que pode acarretar decadência econômica, redução da coesão social e apoio a movimentos políticos extremistas.

Existe uma grande incerteza sobre os efeitos futuros da onda atual de mudanças tecnológicas. A automação irá reduzir de forma significativa a demanda por trabalhadores, particularmente pelos pouco qualificados, e significar que a industrialização em economias emergentes cria menos empregos. Ao mesmo tempo, a internet e as mídias sociais facilitam a mobilização contra a desigualdade.



Parte III

Respostas transformadoras, caminhos transformadores

Um desafio central consiste em entender como futuros de desigualdade podem se tornar futuros “de igualdade”, e como as ações de governos, sociedade civil, setor privado e cidadãos podem fazer a diferença. Este relatório aponta para vários caminhos transformadores que podem nos levar na direção de um mundo mais justo.

Mudar as regras

O relatório apresenta exemplos vindos de todas as partes do mundo de medidas que alteraram regras, as quais podem contribuir para a redução das desigualdades. Algumas dessas medidas foram implementadas recentemente em países e regiões que desejam reduzir ou estabilizar desigualdades crescentes. Da década de 1960 até meados dos anos 1990, países como Coreia do Sul e Taiwan (China) experimentaram um rápido crescimento econômico acompanhado por uma redução da desigualdade, o qual é frequentemente chamado de “Milagre do Leste Asiático”. Da mesma forma, durante a primeira década dos anos 2000, países da América Latina registraram extraordinárias taxas de crescimento, assim como um declínio substancial da pobreza e da desigualdade. A China adotou uma política similar com várias frentes, a qual teve como resultado uma redução dos níveis de desigualdade econômica desde 2008. Esses países se beneficiaram de condições favoráveis, incluindo o crescimento econômico, a estabilidade política e uma preocupação comum pelas desigualdades crescentes. Porém, mais importante do que isso, tais países visaram a várias dimensões de desigualdades ao mesmo tempo, por meio de diferentes combinações de medidas. A efetividade geral das medidas adotadas parece depender de sua coerência e coordenação. Para ser efetiva, uma combinação de políticas desenvolvida em um contexto específico deve ser adaptada às condições do país para o qual ela será transferida.

Política macroeconômica, educação, trabalho e salário digno

O caminho mais efetivo e sustentável para fora da pobreza, a ser seguido pela população em idade ativa, é formado por um trabalho digno e remunerado de forma justa, apoiado por instituições efetivas do mercado de trabalho. Com o objetivo de apoiar as pessoas a terem acesso a empregos, o acesso a uma educação de qualidade é essencial e oferece sinergias com desigualdades reduzidas nas dimensões social e com base no conhecimento.

Políticas redistributivas de riqueza e de recursos

Os exemplos que o relatório apresenta destacam a importância dos mecanismos políticos que visam a permitir a redistribuição de recursos, tais como as políticas progressivas de impostos sobre a renda, para reduzir as diferenças de rendimentos e disponibilizar financiamentos estatais para a proteção social.

“Embora cada contexto seja diferente e apresente peculiaridades específicas, a experiência dos países latino-americanos oferece importantes lições. Em primeiro lugar, a tributação pode contribuir para reduzir as desigualdades nos países em desenvolvimento. Em segundo lugar, existem razões para se acreditar que a tributação pode conciliar os objetivos de igualdade e eficiência.”
(Gómez Sabaini, Martorano e Morán)

Proteção e serviços sociais

As políticas de proteção social, tais como as de transferências de dinheiro e de assistência médica e educação gratuitas e acessíveis, são meios para reduzir diretamente as desigualdades sociais e podem trabalhar de forma conjunta com a tributação progressiva, para reduzir as desigualdades econômicas.

“A proteção social deve ser complementada por outras políticas sociais e econômicas, com o objetivo de produzir o máximo impacto na redução das desigualdades, materiais e imateriais”. (Roelen, Sabates-Wheeler e Devereux)

Marcos políticos e de governança inclusivos

Instituições políticas e governamentais de alta qualidade são fundamentais para a redução da desigualdade. Se houver a percepção das instituições como incompetentes ou corruptas, haverá menos apoio às políticas que tratam das desigualdades, mesmo entre as que se beneficiam delas.

As alterações das regras visando a reduzir as desigualdades têm maior viabilidade se as pessoas interessadas nas mudanças forem incluídas no processo de definição de tais regras. Isso pode envolver políticas como as de cotas para levar mulheres, indígenas ou outros grupos politicamente marginalizados para as arenas políticas formais.

Políticas e regulação, comércio e ajuda no âmbito mundial

Em um mundo conectado mundialmente, as reformas da governança internacional e regional, assim como das políticas sociais, podem abordar os fatores que provocam a desigualdade dentro dos países e entre eles como, por exemplo, por meio de cooperação fiscal, acordos comerciais favoráveis, direitos sociais fortalecidos e pacotes de ajuda orientados de forma cuidadosa. A regulamentação efetiva do sistema financeiro também é essencial para evitar que as recentes crises financeiras ocorram novamente.

Embora existam desafios para esse tipo de governança internacional, também existe espaço para a realização de mudanças pragmáticas de curto prazo, tais como a cooperação em matéria de informações fiscais internacionais. Os recentes acordos mundiais relativos aos ODS e à mudança climática têm o mesmo potencial das políticas progressistas para abordar as desigualdades sociais, econômicas e ambientais.

Mobilização para a mudança: a importância da ação social e política

As mudanças na política e na regulação não são as únicas respostas para a desigualdade. Embora o círculo vicioso das múltiplas desigualdades possa criar uma sensação de impotência, a qual leva à inação, também pode criar a sua própria resposta. Podem existir demandas relacionadas à responsabilização (*accountability*) e à transparência por parte de elites e instituições poderosas, exigências por novas políticas e novos direitos, bem como o crescimento de sementes e visões de novas alternativas. Tais esforços “de baixo” podem começar em uma escala pequena, mas também podem se multiplicar, se espalhar e adquirir amplitude para ter impactos de larga escala, especialmente quando se combinarem com mudanças de regras e ações que envolvem Estados e atores do mercado. Talvez ainda mais significativo seja o fato de que eles também criam as bases para lutas futuras pela igualdade e pela justiça social.

Alianças e mudanças de normas

Para que as ações políticas “de baixo” se combinem de forma efetiva com o apoio político “de cima”, alianças e negociações entre atores e interesses privados, públicos e da sociedade civil são essenciais para construir os caminhos para a mudança.

“A mobilização social, combinada com alianças específicas com as forças políticas, pode se transformar em acordos políticos, princípios legais e direitos mais inclusivos”. (Vergara-Camus)

Há pesquisas que sugerem que o apoio às mudanças depende não apenas do interesse econômico próprio, mas também das atitudes sociais dominantes e dos valores morais e éticos. A construção de caminhos para a igualdade pode exigir mudanças dos valores socioculturais, por meio de processos que serão complexos e específicos dos diferentes contextos, e que irão envolver desafios quanto a percepções e hábitos enraizados.

“As atitudes sociais em relação à desigualdade são um fator essencial para a política de mudança. Se a desigualdade em si não for vista como um problema, e se a igualdade não for considerada um valor social por políticos, ativistas e pelo público em geral, não haverá mobilização ou apoio às medidas corretivas”. (Fukuda-Parr)

As desigualdades que se inter-relacionam e que foram abordadas neste relatório exigem respostas multidimensionais, que combinam políticas e ações específicas e transversais, as quais envolvem Estados, mercados e cidadãos, e incluem espaço para a liderança “de cima para baixo” e a ação “de baixo para cima”. As formas por meio das quais surgem os caminhos transformadores dependem de como essas forças se reúnem em complexas alianças, combinações e sequências.



Parte IV

Conhecimento transformador para um mundo justo

Há muito tempo, as ciências sociais exercem um papel de liderança na análise das desigualdades. Contudo, ainda existem lacunas na nossa compreensão sobre as desigualdades e sobre como abordá-las. A urgência em se reduzir a desigualdade exige novos tipos de pesquisa e conhecimento, assim como um papel decisivo das ciências sociais na identificação e na construção de caminhos transformadores rumo a uma maior igualdade.

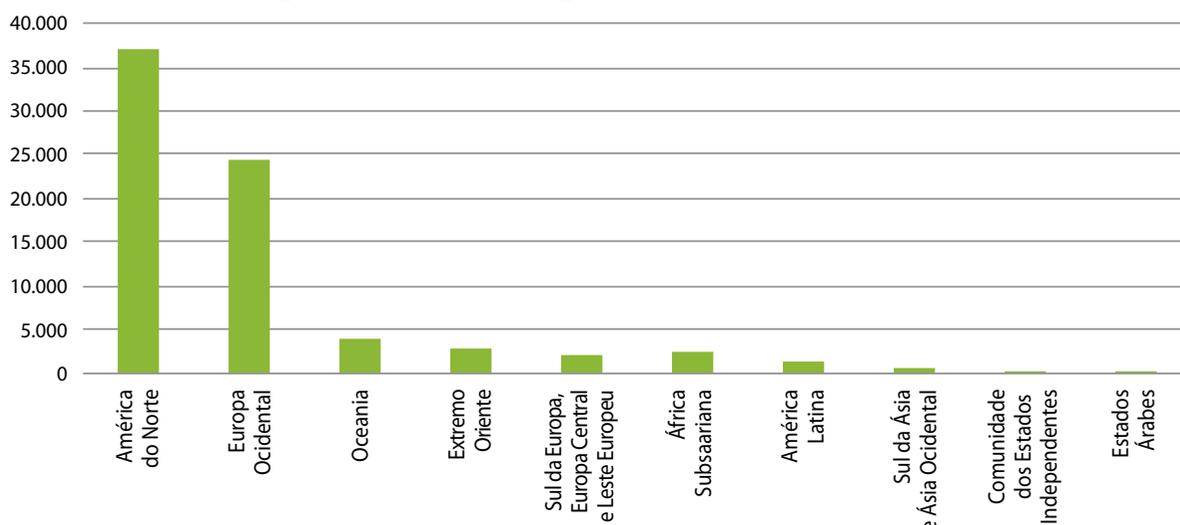
As desigualdades múltiplas e que se inter-relacionam exigem um entendimento multidimensional

A realização de progressos quanto à desigualdade exigirá a integração de uma ampla gama de abordagens disciplinares, a definição de agendas e a definição de marcos para a pesquisa através das áreas das ciências sociais, das artes e humanidades. Isso terá como significado ir além da quantificação das diferentes dimensões da desigualdade, para enfatizar métodos qualitativos e participativos, assim como desenvolver combinações inovadoras no campo da

pesquisa quantitativa e qualitativa, para se entender por que e como as desigualdades persistem.

A compreensão sobre como a pesquisa na área das ciências sociais pode contribuir para enfrentar as desigualdades requer que o nosso reconhecimento das desigualdades na construção do conhecimento em si. Essas desigualdades afetam as espécies de conhecimento que são produzidas, por quem e onde, bem como quem detém o conhecimento considerado importante. Incluem também as desigualdades de acesso ao conhecimento e a tendência para que certas disciplinas e métodos sejam considerados como prioridades.

Figure S.3 Número de publicações na área das ciências sociais sobre desigualdade e justiça social, por região, 1992-2013 (contagem fracionada)



Fonte: Science-Matrix utilizando WOS (Thomson Reuters). Ver o Anexo B4 no relatório completo.

Nos últimos 20 anos, ocorreu um aumento dramático do número de publicações em periódicos na área das ciências sociais sobre desigualdade, a partir de uma ampla gama de disciplinas. O número de artigos relacionados à desigualdade no campo das ciências da saúde – em particular no campo da saúde pública e das políticas de saúde – aumentou de forma especialmente rápida desde o ano 2000.

No entanto, as significativas disparidades regionais na produção de pesquisas sobre desigualdade na área das ciências sociais continuam sendo problemáticas. Nos últimos 20 anos, mais de 80% das publicações sobre desigualdade foram realizados por pesquisadores da América do Norte e da Europa Ocidental. Os esforços para se entender o complexo fenômeno da desigualdade exigem perspectivas globais, e essa desigualdade fundamental na produção do conhecimento também deve ser abordada.

Rumo a uma nova agenda

As contribuições para este relatório, assim como o próprio processo de sua compilação, apontaram várias lacunas no estudo sobre a desigualdade, as quais irão exigir atenção no futuro.

Prioridade 1 – Aumentar o apoio à produção de conhecimento sobre a desigualdade e sobre os processos de inclusão e exclusão social, nos locais mais afetados por tais processos.

Prioridade 2 – Melhorar a nossa capacidade de avaliar, mensurar e comparar as dimensões da desigualdade, ao longo do tempo e em todo o mundo.

Prioridade 3 – Aprofundar o nosso entendimento sobre diversas experiências relativas à desigualdade.

Prioridade 4 – Aprofundar o nosso entendimento sobre como as múltiplas desigualdades são criadas, mantidas e reproduzidas.

Prioridade 5 – Aprofundar o nosso entendimento sobre como as formas locais e mundiais de desigualdade se interligam e interagem.

Prioridade 6 – Promover pesquisas sobre as formas de se avançar na direção de uma maior igualdade.

Prioridade 7 – Apoiar sínteses e teorias transversais sobre a desigualdade e a igualdade.

A construção de caminhos transformadores para a redução da desigualdade exige uma mudança gradual no sentido de uma agenda de pesquisas realmente mundial, e que tenha um caráter muito mais interdisciplinar, pluralista em termos de metodologia, multiescalonado e globalmente inclusivo do que temos na atualidade e, por fim, que contribua para futuros mais igualitários e justos. Não necessitamos apenas de caminhos transformadores para enfrentar a desigualdade, mas de formas transformadoras das ciências sociais que nos ajudarão a atingir esse objetivo. As ciências sociais serão capazes de enfrentar esse desafio? As desigualdades que este relatório documenta não exigem menos do que isso.

Elaboração, abordagem e estrutura do relatório

O “Relatório Mundial de Ciências Sociais 2016” (“2016 World Social Science Report” – WSSR) foi elaborado pelo Conselho Internacional de Ciências Sociais (*International Social Science Council* – ISSC) e pelo *Institute of Development Studies* (IDS), sob a orientação de um Conselho Consultivo Científico (*Scientific Advisory Council* – SAC), formado por renomados estudiosos na área da desigualdade, com diferentes históricos acadêmicos e provenientes de todas as partes do mundo. A maioria dos membros do SAC foi nomeada por associações disciplinares internacionais. O SAC aprovou as principais mensagens e as conclusões do Relatório, assim como a agenda de pesquisa proposta.

A 29ª Assembleia Geral do ISSC, realizada em setembro de 2013, decidiu que o “Relatório Mundial de Ciências Sociais de 2016” deveria ter como foco questões relacionadas à desigualdade. Em seguida, o Secretariado do ISSC iniciou um processo internacional de consultas e revisões, em colaboração com seus membros e parceiros, para selecionar as questões a serem tratadas. Uma reunião internacional de especialistas sobre “Justiça global, pobreza, desigualdade e a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015”, organizada em conjunto com a UNESCO em abril de 2014, forneceu algu-

mas contribuições e recomendações iniciais sobre a espécie de contribuição específica que um “Relatório Mundial de Ciências Sociais” poderia realizar sobre as temáticas de desigualdade, redução da pobreza e justiça.

Em maio de 2015, foi assinado entre o ISSC e o IDS um acordo de subvenção para a colaboração na pesquisa, por meio do qual uma equipe de pesquisadores e chefes de pesquisa do IDS passaram a fazer parte da equipe de diretores de relatórios. Um primeiro esboço do relatório foi desenvolvido de forma conjunta.

Ao atribuir aos autores a elaboração do relatório, a equipe editorial procurou envolver uma ampla gama de cientistas sociais de todo o mundo, de diversas disciplinas, dentro e fora da universidade, bem como envolver vozes que são ouvidas com menos frequência nos debates acadêmicos sobre desigualdades. Também foram convidados a contribuir para o relatório vários palestrantes do Fórum Mundial de Ciências Sociais de 2015 sobre “Transformar as relações globais por um mundo justo”, organizado em conjunto com o *South Africa’s Human Sciences Research Council* (HSRC) e o *Council for the Development of Social Science Research in Africa* (Codesria).

Conteúdos do relatório *(disponível em inglês)*

Foreword
Prefaces
Acknowledgements
List of figures and tables

Introduction and key messages

1. Social science challenges inequalities: general introduction, *Françoise Caillods and Mathieu Denis*
2. Challenging inequalities: pathways to a just world. Key messages and main contributions, *Melissa Leach, John Gaventa, Patricia Justino, Françoise Caillods and Mathieu Denis*

PART I • CURRENT TRENDS IN INEQUALITIES

3. Drivers and dynamics of inequalities worldwide (an introduction to Part I), *Patricia Justino and Bruno Martorano*

Chapter 1 • Inequalities: many intersecting dimensions

4. Global versus national inequality, *François Bourguignon*
5. Global inequality and the middle classes, *Branko Milanovic*
6. Wage and income inequality, *Patrick Belser*
7. Horizontal inequalities, *Frances Stewart*
8. Leaving no one behind: the challenge of intersecting inequalities, *Naila Kabeer*
9. Inequality and natural resources in Africa, *James C. Murombedzi*
10. Inequality in education: the challenge of measurement, *Manos Antoninis, Marcos Delprato and Aaron Benavot*
11. *POSTCARD* • The multiple forms of digital inequality, *Ben Ramalingam and Kevin Hernandez*
12. Untangling economic and political inequality: the case of South Africa, *John Gaventa and Carin Runciman*
13. Grounding justice and injustice, *Ruth Fincher*
14. Rising economic inequality and gender inequality: intersecting spheres of injustice, *Shahra Razavi*

Chapter 2 • Inequalities in different parts of the world

15. Recent changes in income inequality in China, *Li Shi*
16. Inequality in India: drivers and consequences, *Jayati Ghosh*
17. Social justice and equality/inequality issues in modern-day Russia, *Natalia Grigorieva*
18. Inequality in sub-Saharan Africa: dimensions and drivers, *Jimi O. Adesina*
19. Inequalities in the Arab region, *Adam Hanieh*
20. The invisible hands of racial inequality in the USA, *Fredrick C. Harris*
21. Income inequality in Brazil: new evidence from combined tax and survey data, *Marcelo Medeiros*

PART II • THE CONSEQUENCES OF INEQUALITIES

22. Consequences and futures of inequalities (an introduction to Part II), *John Gaventa*
23. *POSTCARD* • Inequality: a historical issue within the United Nations System, *Richard Jolly*

Chapter 3 • Consequences and interactions of multiple inequalities

24. Economic growth and poverty reduction: the inequality connection, *Ravi Kanbur*
25. Inequality and political conflict, *Gudrun Østby*
26. *POSTCARD* • Perceived inequalities among Lebanese nationals and Syrian refugees, *Charles Harb*
27. Inequality and sustainability, *Melissa Leach*
28. *POSTCARD* • Challenging intersecting inequalities around access to water, *Tahseen Jafry, Blessings Chinsinga, Lilian Zimba and Ted Scanlon*
29. Poverty and environmental inequality in India, *Sunita Narain*
30. Health and social justice in Egypt: towards a health equity perspective, *Soha Bayoumi*
31. *POSTCARD* • The Ebola crisis: inequality and distrust, *Annie Wilkinson and Abu A. Brima*
32. The spatial patterning of exposure to inequality and its social consequences in South Africa: work in progress, *David McLennan*
33. *POSTCARD* • Food rights and wrongs, *Naomi Hossain*
34. The role of aspirations in the exclusion of Peruvian indigenous children, *Laure Pasquier-Doumer*
35. *POSTCARD* • Social inequality and young people in Europe: their capacity to aspire, *Evelyne Baillergeau and Jan Willem Duyvendak*
36. *POSTCARD* • Consequences of inequality for persons with disabilities – experience of ADD International, *Emma Cain*

Chapter 4 • Inequality futures

37. Inequality, economic democracy and sustainability, *Madeleine Power, Richard Wilkinson and Kate Pickett*
38. Malaise in the Western middle classes, *Louis Chauvel and Anne Hartung*
39. BRICS and global inequality, *Jing Gu, Alex Shankland, Anuradha Chenoy and Gerry Bloom*
40. Inequalities and social progress in the future, *Marc Fleurbaey and Stephan Klasen*
41. Inequality in an increasingly automated world, *Lizzie Sayer*
42. *POSTCARD* • Digital connections in the face of inequality, *Charles Onyango-Obbo*

PART III • TRANSFORMATIVE RESPONSES, TRANSFORMATIVE PATHWAYS

43. Towards equality: transformative pathways (an introduction to Part III), *Melissa Leach*

Chapter 5 • Changing the rules

44. Labour market institutions and inequality, *Janine Berg*
45. Inequality and global social policy: policies, actors and strategies, *Bob Deacon*
46. The decline and recent uptick of income inequality in Latin America, 2002–13, *Giovanni Andrea Cornia*
47. Taxation and inequality: lessons from Latin America, *Juan Carlos Gómez Sabaíni, Bruno Martorano and Dalmiro Morán*
48. Global instruments for tackling inequality: the African experience, *Adebayo O. Olukoshi*
49. *POSTCARD* • Financial liberalization and global inequality, *Stephany Griffith-Jones and E.A. Brett*
50. *POSTCARD* • Could changes in the international tax system be a strategy for dealing with inequality? *Mick Moore*
51. A seat at the table is not enough: gender and political inclusion, *Sohela Nazneen*
52. *POSTCARD* • Land redistribution: opportunities and traps, *Michael Lipton*
53. Legal rights as instruments for challenging inequality, *Celestine Nyamu Musembi*
54. *POSTCARD* • Reducing Inequality through transformative institutional policies: the case of the industrial court of Nigeria, *Caroline Joelle Nwabueze*
55. Social protection, inequality and social justice, *Keetie Roelen, Rachel Sabates-Wheeler and Stephen Devereux*
56. *POSTCARD* • Unconditional basic income, *Erik Olin Wright*
57. *POSTCARD* • Universal health coverage as a powerful social equalizer, *Rüdiger Krech*
58. Critical elements for ensuring the success of more inclusive social policies, *Michael Woolcock*
59. Inequality and corruption, *Bo Rothstein*

Chapter 6 • Mobilizing for change

60. Why social movements matter for addressing inequalities and ensuring social justice, *Leandro Vergara-Camus*
61. *POSTCARD* • Inequalities and protests, *Isabel Ortiz and Sara Burke*

62. *POSTCARD* • Africa's uprisings: no end in sight, *Adam Branch and Zachariah Mampilly*
63. *POSTCARD* • Representing inequality: film, literature and the arts, *Mike van Graan*
64. Grassroots pathways for challenging social and political inequality, *Alison Mathie with E. Alma, A. Ansorena, J. Basnet, Y. Ghore, S. Jarrín, J. Landry, N. Lee, B. von Lieres, V. Miller, M. de Montis, S. Nakazwe, S. Pal, B. Peters, R. Riyawala, V. Schreiber, M. A. Shariff, A. Tefera and N. Zulminarni*
65. *POSTCARD* • Equality as a valued social norm, inequality as an injustice, *Sakiko Fukuda-Parr*
66. A historical view of the politics of inequality, *Duncan Green*
67. *POSTCARD* • Rising extreme inequality is a concern for us all, *Winnie Byanyima*

PART IV • TRANSFORMATIVE KNOWLEDGE FOR A JUST WORLD

68. A global research agenda on inequality for the next ten years, *the World Social Science Report 2016 editorial team*
69. Knowledge divides: social science production on inequalities and social justice, *Françoise Caillods*
70. The use of big data in the analysis of inequality, *Mike Savage*
71. Tax and legal havens: a priority for inequality research, *Alain Deneault*
72. *POSTCARD* • Increasing childhood equality in cities: a practical intervention through policy, research and advocacy, *Alberto Minujin*
73. *POSTCARD* • Local knowledge as a common good, *Kemly Camacho Jiménez*
74. *POSTCARD* • A proposal to monitor intersecting inequalities in the post-2015 Agenda, *Deborah S. Rogers*

ANNEXES

Annex A • Basic statistics on the production of social science research

Annex B • Bibliometric analysis of social and human science research into inequalities and social justice

Annex C • Acronyms

Annex D • Glossary